

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP
PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2003

Regulamenta o livre acesso às instalações de transporte dutoviário de gás natural.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no artigo 58 e seu § único da Lei n.º 9.478, de agosto de 1997, com base na Resolução de Diretoria n.º _____, de _____ de _____ de 2003, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Constitui objeto da presente Portaria a regulamentação do uso das Instalações de Transporte Dutoviário de Gás Natural, mediante remuneração adequada ao Transportador, respeitados os termos dos contratos em vigor.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, ficam estabelecidas as seguintes definições:

.....

- XII. Nova Instalação de Transporte: Instalação de Transporte com Autorização de Operação (AO) expedida há menos de 4 (quatro) anos, ao longo de toda sua extensão, conforme projeto aprovado, que não interligue Pontos de Recepção e Entrega já conectados por dutos existentes;

Comentário: A ABRACE solicita a exclusão do termo “ao longo de toda sua extensão” pelo motivo exposto nos comentários do artigo 4º.

.....

Art. 4º O Transportador permitirá o acesso não discriminatório de Interessados às suas Instalações de Transporte, assim como a conexão de suas instalações com outras Instalações de Transporte, exceto nos casos em que a solicitação do serviço:

- I. refira-se a Novas Instalações de Transporte; ou
- II. destine-se ao transporte de gás natural para Mercados Emergentes.

Parágrafo Único - As condições operacionais necessárias à conexão de Instalações de Transporte de distintos Transportadores, incluídas as conexões de fronteira do país, serão formalizadas em acordos de interconexão.

Comentário: A ABRACE acredita que isto seja uma restrição contrária à lei 9478 em seu artigo 1º, que trata dos fundamentos da política energética, e no artigo 58º, que estabelece como única condição ao livre acesso a remuneração adequada ao titular das instalações de transporte. Também contraria a lei 8884/94, artigo 1º, inciso 4 e 5, que trata da livre concorrência.

Além do mais, o fato da inclusão de “ao longo de toda sua extensão” pode provocar o entendimento de que se o transportador fizer uma expansão de seu gasoduto em mais 1 quilometro, poderá bloquear o livre acesso a todo o gasoduto.

Art. 5º O Transportador atenderá Interessados em contratar Serviço de Transporte Interruptível, utilizando-se da Capacidade Ociosa de Transporte, sempre que o trecho solicitado em sua Instalação de Transporte esteja operando, na média diária dos 6 meses

anteriores, a pelo menos 70% de sua Capacidade Máxima de Transporte, o que evidencia o risco de interrupção que caracteriza este serviço.

Parágrafo Único - Os volumes destinados ao Serviço de Transporte Firme terão prioridade de programação sobre o Serviço de Transporte Interruptível.

Comentário: A Abrace entende que essa nova limitação ao acesso inibe a otimização da infra-estrutura e permite que o agente incumbente administre o suprimento ao mercado de acordo com seus interesses e, portanto estabelecendo o monopólio de fato, além de comprometer o conceito de modicidade tarifária. Sugere a retirada deste artigo.

Art. 6º Os serviços de transporte de gás natural serão formalizados em contratos, padronizados para cada modalidade de serviço, explicitando:

.....

Comentário: A Abrace entende que os termos e condições gerais de prestação de serviço sejam elaborados pela ANP.

Art. 7º Toda Capacidade Disponível de Transporte para a contratação de STF em Instalações de Transporte em operação será ofertada e alocada segundo os procedimentos de CPAC, observado o art. 4º desta Portaria.

Comentário: A Abrace entende que a oferta de capacidade em concurso público não deve se restringir apenas aos gasodutos existentes devendo ser também aplicada aos novos gasodutos.

.....

§2º Caso a Capacidade Disponível de Transporte de que trata o caput deste artigo seja resultante do fim do prazo de vigência de contrato de STF, o Carregador possuidor deste contrato terá preferência na recontração da capacidade, desde que ofereça as mesmas condições da melhor proposta apresentada no CPAC.

Comentário: A Abrace entende que a redação atual perpetua a posição de contratação do carregador original e impede a participação de novos agentes. Seria aceitável de fosse incluída a condição de que o agente tivesse participado da Consulta Pública e tivesse havido empate técnico entre o agente atual e a melhor oferta. Consideramos empate técnico uma diferença de proposta até 5%.

.....

Art. 9º O proprietário de Instalações de Transferência que sejam reclassificadas como de Instalações de Transporte transferirá a operação destas instalações a um Transportador.

.....

Comentário: A Abrace entende que o limite deve ser da capacidade efetivamente utilizada no momento da reclassificação dos dutos.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP
PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2003

Regulamenta os critérios tarifários para o transporte dutoviário de gás natural.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no artigo art. 8º, inciso VI, da Lei n.º 9.478, de agosto de 1997, com base na Resolução de Diretoria n.º _____, de _____ de _____ de 2003, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Constitui objeto da presente Portaria o estabelecimento dos critérios para cálculo de tarifas de transporte dutoviário de gás natural.

.....
Art. 3º As tarifas de transporte de gás natural não implicarão tratamento indevidamente discriminatório ou preferencial entre usuários.

Comentário: A Abrace entende que o termo "indevidamente" deveria ser excluído porque não se deve discriminar os usuários dos mesmos serviços de transporte.

.....
Art. 6º A tarifa do serviço de transporte interruptível será estruturada com base em um único encargo volumétrico, cujo valor será estabelecido em função da probabilidade de interrupção e demais condições deste serviço, tomando como referência o serviço de transporte firme.

Comentário: A Abrace entende que deve ser incluído o texto "no mesmo percurso" ao final deste artigo.

Art. 9º O transportador repassará a todos os carregadores firmes 90% (noventa por cento) do resultado da venda de serviços de transporte interruptíveis, decorrentes da utilização de capacidade ociosa de transporte, descontados os tributos a serem recolhidos, aplicáveis a cada Carregador, de forma proporcional à ociosidade de cada contrato no correspondente trecho utilizado;

Comentário: A Abrace entende que o transportador deverá repassar não apenas o resultado da venda de serviços de transporte interruptíveis, mas também os resultados de todos os serviços prestados diferentes do serviço Firme.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2003

Regulamenta a cessão de capacidade contratada de transporte dutoviário de gás natural.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no artigo 58 da Lei n.º 9.478, de agosto de 1997, com base na Resolução de Diretoria n.º _____, de _____ de _____ de 2003, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica regulamentada, pela presente Portaria, a cessão de capacidade contratada de transporte dutoviário de gás natural.

.....

Art. 4º As operações de cessão de capacidade serão previamente informadas ao transportador e à ANP.

.....

§ 3º As operações de cessão de capacidade contratada de transporte realizadas entre empresas controladas ou coligadas ou por um prazo máximo de 02 (dois) anos poderão ser negociadas diretamente entre o carregador cedente e o carregador cessionário, incluindo-se as condições de preço e forma de pagamento.

Comentário: A Abrace entende que a cessão de Capacidade é uma ferramenta extremamente importante para o desenvolvimento da infra-estrutura e do mercado de gás, pois minimiza o risco de contratação de capacidade inicial pelo carregador-investidor. Acreditamos que a obrigatoriedade de realização de uma oferta pública para a cessão de capacidade inibirá a utilização desta ferramenta comercial. Nossa sugestão é que haja liberdade para o Carregador Cedente negociar diretamente com o Cessionário a cessão de capacidade.